

CONTEXTOS E TRAJETÓRIAS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APORTES TEÓRICOS PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO¹

CONTEXTOS Y TRAYECTORIAS PARA EL ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: APORTES TEÓRICOS AL CAMPO DE LA EDUCACIÓN

CONTEXTS AND TRAJECTORIES FOR THE ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES: THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO EDUCATION

Breyner Ricardo de OLIVEIRA²
Maria Michelle Fernandes ALVES³
Gustavo Adolf FICHTER FILHO⁴

RESUMO: O artigo apresenta um modelo de análise de contextos para se compreender as trajetórias de implementação de políticas públicas, fornecendo aportes teóricos e metodológicos para o campo da educação. Parte da necessidade de superação das perspectivas tradicionais que reduzem as políticas a sistemas simplificados e, para tal, considera as dimensões políticas da implementação, apresentando a noção de trajetória. Propõe cinco contextos, entrelaçados: (1) contexto das conjunturas; (2) contexto dos conteúdos da política; (3) contextos institucionais; (4) contexto das experiências; e (5) contexto dos territórios. Os contextos permitem compreender trajetórias por meio de uma cadeia transversal, fluida e dinâmica de processos de tomada de decisão, que mobiliza diversos atores, processos, saberes e práticas. Nossos resultados sugerem um modelo que considera as tensões, as contradições, os desafios, e as inflexões vinculadas à vida das políticas, de modo que as análises sejam mais densas e contextualizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Contextos. Trajetórias. Implementação. Políticas públicas. Políticas educacionais.

RESUMEN: *El artículo presenta un modelo de análisis de contextos para comprender la trayectoria de implementación de políticas públicas, con aportes teóricos y metodológicos al campo de la educación. Parte de la necesidad de superar las perspectivas tradicionales que reducen las políticas a sistemas simplificados, como el ciclo clásico, y considera las dimensiones políticas de la implementación, presentando la noción de trayectoria. Enumera*

¹Agradecemos à Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE), com a colaboração do Itaú Social, o apoio financeiro para as traduções deste artigo para o inglês e o espanhol.

² Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana – MG – Brasil. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UFMG). Membro da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0956-4753>. E-mail: breyner.oliveira@gmail.com

³ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana – MG – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação. Membro da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7264-2817>. E-mail: michelle190877@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana – MG – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. Membro da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5742-4264>. E-mail: gustavofichterf@gmail.com

cinco contextos entrelazados: (1) contexto de la coyuntura; (2) contexto del contenido de la política; (3) contexto institucional; (4) contexto de la experiencia; y (5) contexto territorial. Los contextos permiten comprender las trayectorias a través de una cadena transversal, fluida y dinámica de procesos de toma de decisiones, que moviliza diferentes actores, procesos, saberes y prácticas. Nuestros resultados sugieren un modelo que considera las tensiones, contradicciones, desafíos e inflexiones vinculadas a la vida de las políticas, de modo que los análisis sean más densos y contextualizados.

PALABRAS CLAVE: Contextos. Trayectorias. Implementación. Políticas públicas. Políticas educativas.

ABSTRACT: *The article presents an analysis model of contexts to understand the trajectory of implementation of public policies, providing theoretical and methodological contributions to the education field. It starts with the need to overcome traditional perspectives that reduce policies to oversimplified systems, such as the classic cycle. It considers the political dimensions of implementation, presenting the concept of trajectory and proposing five related contexts: (1) contexts of the conjunctures; (2) contexts of policy contents; (3) institutional contexts; (4) contexts of experiences; and (5) territory contexts. The contexts allow to understand the trajectories through a transversal, fluid, and dynamic chain of decision-making processes, which triggers and mobilizes different actors, processes, knowledge, and practices, crossing them. Our results suggest a model that considers the tensions, contradictions, challenges, and inflections linked to the life of policies, so that the analyzes are more dense and contextualized.*

KEYWORDS: Contexts. Trajectories. Implementation. Public policy. Educational policies.

Introdução

O objetivo deste artigo é propor um modelo de análise de contextos para se compreender as trajetórias de implementação de políticas públicas, aprofundando e articulando aportes teóricos e metodológicos que dialoguem com o campo das políticas e programas educacionais. Diversos autores utilizam as mais variadas definições para políticas públicas. Souza (2006, p. 24) cita algumas delas, a partir de um referencial calcado no Estado: “conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, de Lynn⁵ (1980 apud SOUZA, 2006, p. 24); “o que o governo escolhe ou não fazer”, de Dye (1984); ou a definição de Laswell⁶ (1958 apud SOUZA, 2006 p. 24), que determina que o estudo de políticas públicas busca responder “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Na mesma

⁵ LYNN, L. E. **Designing Public Policy:** A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica: Goodyear, 1980.

⁶ LASWELL, H. D. **Politics:** Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

direção, Hofling (2001, p.31) retoma uma definição clássica ao afirmar que as políticas são o “Estado em ação”.

Autores vinculados à perspectiva da ação pública, por sua vez, compreendem as políticas públicas a partir de outras possibilidades analíticas, onde o Estado não é o ator central ou o mais relevante, uma vez que as políticas não necessariamente nascem na/da ação estatal, mas por meio da atuação dos diversos atores que ocupam a arena pública. Halpern, Lascoumes e Le Galés (2021) as analisam através dos instrumentos, ou dispositivos que compõem as relações sociais, com ênfase nas interações, nos conflitos e nas disputas que a arena pública revela. Benamouzig e Borraz (2021), por sua vez, o fazem através da compreensão das estratégias adotadas pelas organizações que atuam na esfera pública e como são capazes de mobilizar agendas e interesses.

Tais concepções indicam que a análise das políticas públicas engloba diversos aspectos associados: os atores envolvidos, suas conexões e interesses; o processo de formulação e execução; a definição das agendas; as dinâmicas de implementação; os objetivos propostos e os resultados conquistados. Dessa forma, conforma-se um campo multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a administração pública, a economia, além dos campos específicos, tais como educação, saúde e segurança.

Oliveira (2019) afirma que ainda há o predomínio de uma concepção institucionalista centrada na hierarquia e nos objetivos “oficiais” das políticas, que supervaloriza a etapa de formulação das políticas e assume, linearmente, que tais objetivos serão alcançados se os insumos requeridos forem disponibilizados. Essa perspectiva idealiza as interações entre os atores implementadores a partir de uma perspectiva weberiana — que compreende uma atuação objetiva e não política dos burocratas — e acredita na previsibilidade dos processos, assegurando que a implementação entregará os resultados esperados.

É nesse contexto que a noção de trajetória emerge, como perspectiva analítica importante para a análise da formulação, da implementação e da avaliação das políticas, contrapondo-se, portanto, a ideia linear do ciclo clássico de políticas, muito difundido na literatura⁷. A partir da formulação de Gussi e Oliveira (2016) e Oliveira (2019), partimos do princípio de que analisar uma política pública implica compreender o seu itinerário, ou seja, analisar seus efeitos, seus resultados, seus impactos e as questões associadas ao desenho e sua implementação, transversalmente. Tornam-se necessárias, portanto, perspectivas que consideram a complexidade das trajetórias das políticas públicas.

⁷ Conforme Souza (2006), o ciclo das políticas públicas pode ser descrito em quatro etapas ou momentos: (1) Construção de agenda; (2) Formulação da política; (3) Implementação; e (4) Avaliação.

Ancorados em Oliveira (2019) e Oliveira e Peixoto (2021), compreendemos que o processo de implementação revela a dimensão política que permeia toda a trajetória de uma política pública, marcada por considerável complexidade e dinamicidade. Essa perspectiva reconhece a capacidade decisória dos atores que atuam ao longo da cadeia de implementação, marcada por interações, interpretações, decisões e tensões que abrem margem para inúmeras possibilidades de implementação das políticas – um processo imprevisível, especialmente quando os territórios, onde as políticas acontecem, são levados em consideração.

Também nessa direção, Lejano (2012) propõe análises contextualizadas e complexas das políticas públicas. O autor afirma que os diferentes modelos hegemônicos desenvolvidos ao longo do tempo procuraram, de modo geral, reduzir as políticas a sistemas de análise excessivamente simplificados. Esses modelos, assim como o ciclo clássico das políticas públicas, partem de uma lógica linear, centrados na mensuração do objeto de estudo, impedindo a compreensão da política na forma como ela realmente ocorre e é vivida, experienciada por uma multiplicidade de atores.

Rodrigues (2008, 2016) apresenta uma proposta de avaliação de políticas que também leva em consideração os contextos, sejam eles sociais, econômicos, políticos e culturais, seja pela análise institucional, das relações de poder, dos interesses e valores que permeiam os processos de formulação e implementação das políticas. Ainda que a discussão proposta pela autora esteja inserida no campo da avaliação de políticas, suas considerações são relevantes para analisar os contextos relacionados aos processos de formulação e de implementação.

No campo da educação, destacam-se as contribuições de Stephen Ball e outros autores dedicados a analisar as conexões entre os contextos a partir de outra leitura do ciclo de políticas (BALL; BOWE; GOLD, 1992; BALL, 1994; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016). Ao fazerem uma crítica ao ciclo clássico aplicado ao campo da educação, os autores fornecem um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos que permitem ao analista, investigar programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até sua avaliação, passando pela etapa da implementação, onde, segundo esses autores, a política é atuada.

Neste artigo, partimos, portanto, de alguns pressupostos: o primeiro está relacionado ao fato de que as análises não devem ignorar a articulação entre a formulação e a implementação, sob o risco de negligenciar dimensões importantes do universo da política. É importante que os analistas descrevam, de maneira contextualizada, os percursos complexos das políticas públicas. Torna-se necessário, portanto, compreender os movimentos produzidos pelas políticas, as formas como elas são interpretadas e contextualizadas, as interações entre

os atores e instituições, dentre outras dimensões que podem ser desveladas ao longo de sua trajetória, antes do momento da formulação.

Além disso, considera-se que os textos que descrevem e regulam as políticas não são colocados em prática linear e objetivamente, pois seus contextos são diversos e produzem alterações nas políticas. Até que as políticas sejam de fato implementadas e materializadas em serviços públicos nos territórios e na vida cotidiana, há uma longa cadeia de processos de tomada de decisão, que se estende por diferentes níveis e que podem modificar suas intenções e resultados. Logo, os textos não são documentos estáticos e os contextos, conseqüentemente, são decisivos para se compreender essas dinâmicas.

Por fim, os movimentos das políticas devem ser considerados desde sua formulação, perpassando a implementação e a avaliação. Ainda, é importante considerá-las não como um fluxo ordenado e contínuo de fases, mas como momentos que se entrelaçam e são mediados por contextos específicos, também inter cruzados.

Assim, a partir das contribuições desse conjunto de autores, esse artigo apresenta uma modelo que articula tais referenciais e avança nessa discussão, de modo a fornecer novos aportes teóricos que orientam a análise das políticas com base em seus contextos e suas trajetórias de implementação, incluindo as políticas e os programas educacionais. Para tal, apresentamos cinco contextos de análise, que devem ser compreendidos de modo entrelaçado: (1) contexto das conjunturas; (2) contexto dos conteúdos da política; (3) contextos institucionais; (4) contexto das experiências; e (5) contexto dos territórios.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em três seções. Na primeira, partimos das discussões clássicas sobre o ciclo das políticas públicas e suas conexões com a implementação. Na segunda, tencionamos essas conexões, alargando o espectro de análise a partir das contribuições dos autores referenciados nesta introdução. A terceira seção, apresenta o referencial proposto, fundamentando os cinco contextos de análise.

O processo de implementação e o ciclo clássico das políticas públicas

Conforme Souza (2006), há na literatura vários modelos para analisar as políticas públicas. Um desses modelos é o ciclo clássico, que parte da ideia de que a política percorre fases lineares, interligadas e interdependentes: definição de agenda; elaboração ou formulação das políticas e programas; implementação; e avaliação. Segundo Oliveira (2019), a definição de agenda compreende o momento em que os temas ou questões se tornam relevantes e são

abordados pelos governos e pelo Estado. Caberia ao analista, portanto, compreender os motivos pelos quais tais questões tornaram-se relevantes para a agenda.

Para Lotta (2019), a formulação das políticas compreende as definições, elaborações e planejamentos a respeito dos formatos e objetivos a serem adotados nas políticas. O papel dos atores e das coalizões no processo seriam os pontos de análise.

De acordo com Oliveira (2019), a implementação diz respeito às formas com que as políticas são executadas. Oliveira e Peixoto (2019) esclarecem que a implementação deve ser compreendida como um processo dinâmico, em que há interações entre os agentes implementadores – os burocratas, nos diversos níveis em que atuam – com os destinatários das políticas. Nessas interações acontecem conflitos, tensões, disputas e negociações entre os atores envolvidos nesse processo.

Por fim, a avaliação, de acordo com Lotta (2019), constitui a mensuração dos resultados das políticas. Na visão de Rosa, Lima e Aguiar (2021), a avaliação é uma fase de questionamentos sobre os processos das políticas: os objetivos foram cumpridos? Os grupos beneficiários foram atingidos? A mudança social almejada foi alcançada? Por isso, é uma etapa de produção de informação sobre a política, que pode retroalimentar todo o ciclo.

A fase da implementação, especificamente, pode ser considerada como uma das mais importantes pois, segundo Lotta (2019), corresponde ao momento em que os planos formulados são colocados em prática pela ação de diferentes atores. Nessa mesma linha de raciocínio, Louzano, Freitas, Santos, Ribeiro e Gusmão (2018) afirmam que, em relação a essa etapa, os analistas buscam compreender o que acontece com as ideias e os objetivos que serão concretizados.

Lotta (2019) afirma que os estudos sobre implementação surgiram após grande desenvolvimento do campo de estudos da avaliação das políticas públicas. Os conhecimentos deste campo, permitiram o reconhecimento das diferenças entre os resultados das políticas e seus objetivos iniciais. Com isso, os questionamentos a respeito dos motivos dessas diferenças promoveram os estudos sobre os processos que colocavam as políticas em prática.

São recorrentes, na literatura, sínteses que apresentam o desenvolvimento desse campo com base em diferentes gerações de estudos, tais como em Matland (1995), Lotta (2019) e Bichir (2020). Dentre as gerações de estudos de implementação, destaca-se a dicotomia presente nas duas primeiras: *top down* e *bottom-up*. A primeira geração de estudos, denominada *top down*, nos anos de 1970, assumia que as políticas públicas, ao serem colocadas em prática, de cima para baixo, gerariam os resultados previamente planejados.

Com uma forte preocupação normativa e, compreendendo que o processo decisório deveria se dar, exclusivamente, por representantes eleitos, tal geração assumia que caberia aos burocratas a simples execução das políticas. De acordo com Lotta (2019), para esses estudos, se os atores burocráticos não eleitos tomassem decisões durante a implementação, que alterassem objetivos ou tarefas previamente desenhadas, isso constituiria uma subversão ou perversão. Dessa forma, esses estudos procuravam encontrar os erros no processo de implementação para corrigi-los.

Bichir (2020) afirma que as principais críticas a esses estudos estavam relacionadas ao fato de ignorarem os conflitos, a complexidade e a ambiguidade que podem estar presentes na implementação. Matland (1995), por sua vez, destaca que a centralidade dada pela visão *top-down* aos formuladores das políticas e a uma suposta implementação estritamente operacional foram foco das críticas. Em síntese, tais críticas se pautaram na invisibilização da capacidade decisória dos burocratas na dimensão política presente tanto na formulação quanto na implementação.

Em contraponto com a primeira, a segunda geração de estudos, surgida nos anos 1970 e 1980, é denominada de *bottom-up* (de baixo para cima). Segundo Bichir (2020), esses estudos tinham como foco, os processos locais de implementação, no contexto da entrega da política. Por isso, a análise feita por essa abordagem olhava a implementação de baixo para cima, tendo como principal referência o que acontece de fato no momento da implementação.

É nessa geração que se desenvolveram os estudos sobre as burocracias de nível de rua, conceito formulado por Lipsky (1980). Segundo esse autor, tais burocratas vivenciam o cotidiano com a população usuária, as dificuldades do processo de trabalho local, além de realizar a mediação entre os cidadãos e o Estado possibilitando ampliar a dimensão de cidadania e o papel crítico para com os sujeitos usuários.

Oliveira (2019) aponta a relevância dos estudos de Lipsky (1980) e de diversos pesquisadores que avançaram nessa direção para a análise de implementação nos contextos locais, uma vez que, a partir desses estudos, as pesquisas passaram a focar, no nível micro, como as decisões são tomadas; as práticas adotadas; o processamento das regras e das normas; as interações com os cidadãos; as atitudes dos agentes de base, seus padrões de comportamento e sobre como interpretam e traduzem as políticas em função da rotina, das normas e do trabalho cotidiano que desempenham.

É possível identificar nas duas primeiras gerações uma dicotomia entre os focos de análise. Se, por um lado, os estudos *top down* focalizavam a legitimidade das decisões dos

formuladores; por outro, as abordagens *bottom-up* priorizavam o que acontecia nas bases. Ainda que outras perspectivas analíticas tenham se desenvolvido posteriormente visando à superação dessa dualidade, tal dicotomia permaneceu presente nas análises.

A partir da década de 1990, diversos autores propuseram-se a buscar a superação dessa dualidade, elaborando outros modelos analíticos e teóricos. Como exemplos, pode-se citar os modelos desenvolvidos por Matland (1995) e Sabatier (2007). Matland (1995) propôs a análise da implementação a partir da relação entre as dimensões ambiguidade e conflito, considerando esses elementos como determinantes no desenvolvimento de seus processos. Segundo Lotta, Bauer, Jobim e Merchán (2021), a ambiguidade refere-se ao espaço dado pela política para interpretação e adaptação tanto com relação aos meios como aos fins. O conflito está relacionado à interdependência entre os atores e à (in)compatibilidade de objetivos.

Sabatier (2007), por sua vez, pretende compreender os processos decisórios a partir e dentro de coalizões, composta por atores que compartilham crenças sobre as políticas dentro de um subsistema de políticas. Assim, as mudanças decorrem da competição e do aprendizado dentro dos subsistemas. Lotta (2019) afirma que, tanto o modelo de Matland (1995) quanto o modelo de Sabatier (2007), analisam os processos decisórios inseridos nas políticas públicas, sendo uma tentativa de sair da contraposição entre formulação e implementação. Particularmente, para Sabatier (2007), a necessidade de simplificar e organizar a complexidade dos processos se confronta com o desafio de não silenciar e secundarizar dimensões também relevantes.

Esse desafio é expresso nas diferentes correntes teóricas dos estudos de implementação que, ao focalizar determinados aspectos dos processos, acabam por invisibilizar outros. As discussões de Matland (1995), Sabatier (2007), Lotta (2019) e Oliveira (2019) demonstram, portanto, uma necessidade da superação dessas nuances, bem como da busca por novos modelos analíticos.

As discussões empreendidas a respeito das análises de políticas públicas, com enfoque nos processos de implementação, trazem desafios para o campo em questão e informam que tais gerações não são mutuamente excludentes, uma vez que ambas fornecem evidências importantes sobre a vida das políticas. Assumindo que o ciclo, ao isolar as fases de formulação, implementação e avaliação, reforça uma visão ingênua, irrealista e determinista acerca das políticas, relegando-as a decisões gerenciais e administrativas, como convergir e alargar os enfoques de modo que as políticas sejam percebidas de maneira orgânica, sistêmica, transversal e integrada? Esse é o objeto da próxima seção.

Outros enfoques para a análise da implementação de políticas públicas

Gussi e Oliveira (2016) enfatizam que a política pública possui trajetórias e, portanto, não tem apenas um único sentido, pois pode ser ressignificada de acordo com seus desdobramentos nas instituições ou nos territórios onde aterrissam. Nessa direção, Oliveira (2019) afirma que as políticas são um processo de sucessivos sentidos a elas atribuídos; são uma sucessão de avanços e rupturas que dão movimento ao seu processo.

Nesse sentido, o conceito de trajetória, transposto por Oliveira (2019) e Oliveira e Gussi (2016) para o campo das políticas educacionais, fornece uma perspectiva analítica importante para a análise dos diferentes processos, movimentos e sentidos que as compõem, contrapondo-se à perspectiva linear do ciclo de políticas. Estabelece-se, portanto, a necessidade de se compreender tais movimentos, ou itinerários das políticas públicas, considerando as diferentes e complexas dimensões que os constituem, circunscrevendo seus efeitos, seus resultados, seus impactos e dimensões associadas ao desenho e a sua implementação.

Lejano (2012) afirma que os diferentes modelos hegemônicos desenvolvidos ao longo do tempo (dos clássicos aos pós-positivistas) procuraram reduzir as políticas a sistemas de análise fechados e simplificados. O risco do preestabelecimento de modelos de análises fechados, segundo o autor, consiste na incapacidade do desvelamento de novas dimensões e elementos dos processos das políticas. Dessa forma, as análises baseadas em tais modelos, correm o risco de simplesmente confirmar dimensões simplificadas e definidas previamente. O problema, segundo Lejano (2012), é o perigo de as análises se distanciarem do real, escondendo dimensões densas e complexas que permeiam os contextos nos quais as políticas se desenvolvem — o que o autor chama, metaforicamente, de “mitificação das políticas”.

Tal distanciamento do real, ou “mitificação”, surge já nos processos de formulação das políticas, uma vez que, via de regra, os formuladores encontram-se distanciados das populações por elas afetadas. Dessa forma, tal problemática encontra-se até mesmo antes das lacunas presentes nos diferentes modelos de análise, constituindo o que Lejano (2012) chama de distância entre projeto e ação política. Em outras palavras, ao mitificar ou simplificar excessivamente, corre-se o risco de propor, formular e/ou analisar políticas ignorando a complexidade do mundo real, impedindo a compreensão da política na forma como ela realmente ocorre e é vivida, experienciada por uma multiplicidade de atores.

Sendo assim, para o autor, uma vez que as políticas são colocadas em prática nos mais diversos contextos e, conseqüentemente, produzem distintos resultados, torna-se necessária a

compreensão desses contextos. Por consequência, Lejano (2012), afirma a necessidade de superação da lacuna entre o texto e o contexto presente nas análises políticas. A partir dessas constatações, o autor propõe um modelo de análise pautado na contextualidade, na experiência e na complexidade. Assim, a proposta de análise desenvolvida pelo autor está fundamentada no paradigma hermenêutico, com foco na interpretação. Ao buscar compreender os significados de uma política para aqueles que a vivenciam, o autor, então, propõe duas dimensões de análise: (1) experiência e (2) coerência ou encaixe institucional.

Sobre a primeira dimensão, o autor afirma que os contextos em que as políticas são colocadas em prática só podem ser compreendidos por quem os tenha experimentado. As experiências, segundo Lejano (2012), são os conhecimentos daqueles que estão inseridos nos cenários e conjunturas que conformam as políticas. Considerando a experiência dos envolvidos nas políticas, seus saberes, sentimentos (elementos multidimensionais e subjetivos), os pesquisadores podem elevar suas análises a níveis mais complexos, assim como são as experiências. Objetivando descrições densas e que respeitem a complexidade das políticas, o autor propõe análises através de métodos que favoreçam os atores que as vivenciam a elencar diferentes dimensões de suas experiências.

A segunda dimensão proposta por Lejano (2012), descreve como uma política é incorporada em um determinado contexto. O autor parte do princípio de que “uma nova política não apenas aterrissa em uma situação; em vez disso, a política deve achar conexões com os padrões existentes de governança, estruturas sociais e a própria comunidade” (LEJANO, 2012, p. 227). Ao considerar que os contextos institucionais e organizacionais afetam as políticas e que, por isso, são por eles contingenciadas, Lejano (2012), afirma que as políticas não são simplesmente colocadas em prática de maneira objetiva e linear.

Para o autor, as instituições reais não são apenas regras e estruturas organizacionais; são arenas entrelaçadas com sua cultura, com histórias, personalidades e outras contingências de contexto. Quando as políticas entram em contato com as instituições e com os sujeitos que nelas coexistem, a elas são atribuídas conexões com as realidades e culturas existentes nesses espaços. Logo, uma política precisa se encaixar com os contextos pelos quais navega.

Assim, a noção de coerência assume que políticas, textos e instituições se adequam aos contextos e o engajamento do texto com o real induz mudanças reais na maneira pela qual a política é posta em ação. Dessa forma, uma vez que a diversidade é esperada na forma em que as políticas se manifestam em diferentes instituições, o trabalho de análise deve buscar compreender tais contextos. Dessa forma, Lejano (2012), propõe análises que, através da

experiência dos atores que vivem as políticas, busquem compreender como as políticas se desenvolvem frente aos contextos complexos pelos quais elas navegam.

A avaliação em profundidade, proposta por Rodrigues (2008, 2016), é pautada também no paradigma hermenêutico (abordagem interpretativa) que fundamenta a proposta de Lejano (2012). Segundo a autora, não é possível alcançar um resultado exato acerca de uma política uma vez que a ela podem ser atribuídos diferentes significados por aqueles que as experimentam. A autora propõe, então, quatro eixos de análise de políticas: (1) conteúdo do programa/política; (2) contexto da formulação da política; (3) trajetórias institucionais de um programa/política; e (4) espectro temporal e territorial, detalhados no quadro 1:

Quadro 1 – Eixos de análise da avaliação em profundidade

Eixos de análise	Características
Conteúdo do programa/política	Análise dos objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação. Analisa também as bases conceituais (paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam), bem como os conceitos e noções centrais que sustentam a política/programa.
Contexto da formulação da política	Análise do momento político e condições socioeconômicas em que o programa/política foi formulado e encerrado, bem como apreensão do modelo político, econômico e social que sustentou a política à época de sua formulação.
Trajetoias institucionais de um programa/política	Análise do grau de coerência/dispersão do programa/política ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais, nos distintos níveis e camadas organizacionais e hierárquicos. Segundo Rodrigues (2008), quando uma/um política/programa é formulada na esfera federal, para ser avaliada/o, é importante a reconstituição de sua trajetória, ou seja, as mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e à sua dinâmica, conforme transita por espaços diferenciados e, ao mesmo tempo, desce nas hierarquias institucionais até chegar à base.
Espectro temporal e territorial	Apreensão da configuração temporal e territorial do percurso do/a programa/política de forma a confrontar as/os propostas/objetivos gerais da política com as especificidades locais e sua historicidade.

Fonte: Rodrigues (2008, 2016)

No campo educacional, destaca-se a Abordagem do Ciclo de Políticas formulada por Stephen Ball e outros autores (BALL; BOWE; GOLD, 1992; BALL, 1994). Esses autores rejeitam os modelos que separam as fases de formulação e de implementação e propõem cinco contextos de análise: (1) contexto de influência; (2) contexto da produção de texto; (3) contexto da prática; (4) contexto dos resultados ou efeitos e (5) contexto da estratégia política. Esses contextos estão inter-relacionados e não há uma dimensão sequencial ou linear entre eles, uma vez que cada um deles apresenta arenas, lugares e grupos de interesse, havendo também disputas e embates (BALL; BOWE; GOLD, 1992 apud MAINARDES, 2006).

O contexto de influência é onde normalmente as políticas educacionais são iniciadas e os discursos políticos são construídos com a presença de grupos de interesses, redes de relação estabelecidas dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo

legislativo. O contexto da produção de texto está relacionado ao texto da política propriamente dito, que precisa ser lido em relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Em relação ao contexto da prática, é onde a política está sujeita à interpretação e recriação, produzindo efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Segundo Oliveira (2019), os sujeitos que atuam no nível local, no contexto da prática, não são simplesmente executores das políticas; assumem um papel ativo pelo fato de alterarem, adaptarem, interpretarem e traduzirem a política a partir das suas crenças, valores, percepções, atitudes que, de uma certa forma, refletem nas decisões a serem tomadas por esses sujeitos.

O contexto dos resultados ou efeitos trata dos efeitos da política em relação às questões de justiça, igualdade, liberdade individual e efetivação de direitos. Nesse contexto, “as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes” (BALL; BOWE; GOLD, 1992 apud MAINARDES, 2006, p. 54). Por fim, o contexto da estratégia política diz respeito à identificação e análise de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar de uma maneira mais eficaz com as desigualdades sociais criadas ou reproduzidas pela/o política/programa educacional investigado.

Avançando nessa perspectiva, Ball, Maguire e Braun (2016) formularam a teoria da atuação afirmando que as políticas educacionais não são meramente implementadas, mas sujeitas a processos de recontextualização e recriação, no contexto da prática. A teoria da atuação está voltada para a compreensão de como contextos complexos e com uma diversidade de atores interagem, criativamente, em processos de interpretação, tradução e contextualização de políticas educacionais. Segundo eles, os contextos atuam de maneira ativa nos resultados das políticas e, portanto, mesmo contextos semelhantes afetam de maneira diferente a materialização das políticas de acordo com suas peculiaridades. Uma das maneiras com que os contextos atuam ativamente na materialização das políticas diz respeito à forma com que elas são interpretadas e traduzidas em âmbito local, ou seja, nas escolas.

Para Ball, Maguire e Braun (2016), a interpretação é um processo político que envolve a leitura inicial e a atribuição de sentidos à política. Essas interpretações são desenvolvidas com base na forma com que as políticas se encaixam na realidade da instituição escolar. Interpretações, dessa forma, dialogam com os contextos e possibilidades da instituição, e culminam na criação de uma narrativa institucional frente às políticas. A tradução, segundo os autores, é um processo mais prático, marcado pela elaboração de textos, materiais e espaços

institucionais que vão colocar a política em prática. Ambos os processos são intimamente relacionados e envolvem consideráveis doses de criatividade e subjetividade.

Os autores, ao discutirem como os contextos, muito específicos em cada instituição escolar, agem de maneira ativa e relevante na forma como as políticas são atuadas, propuseram quatro dimensões contextuais: (1) contextos situados; (2) culturas profissionais; (3) contextos materiais; e (4) contextos externos, detalhadas no quadro 2:

Quadro 2 – Dimensões contextuais da teoria da atuação

Dimensões contextuais	Características
Contextos situados	Dimensões históricas e locais da escola: aspectos de seu bairro, características de seu público e procura por matrículas. Esses fatores influenciam, por exemplo, as demandas dos alunos e sua relação com professores.
Culturas profissionais	Valores e experiências dos professores. Sua formação, tempo de atuação, relações departamentais e de colaboração afetam a forma como as políticas educacionais são lidas e interpretadas.
Contextos materiais	Orçamentos, infraestrutura e funcionários.
Contextos externos	Dimensões externas à instituição escolar, como pressões e expectativas, posições nas tabelas classificativas e requisitos legais, ou conjunturas políticas.

Fonte: Ball, Maguire e Braun (2016)

De acordo com Ball, Maguire e Braun (2016), essas dimensões contextuais servem como um dispositivo analítico a ser considerado em pesquisas de campo que busquem compreender as circunstâncias que influenciam a atuação cotidiana nas escolas. Com base nessas formulações, entendemos que podem ser ampliadas para outros espaços, enfoques e níveis hierárquicos e organizacionais de implementação, extrapolando o plano dos territórios.

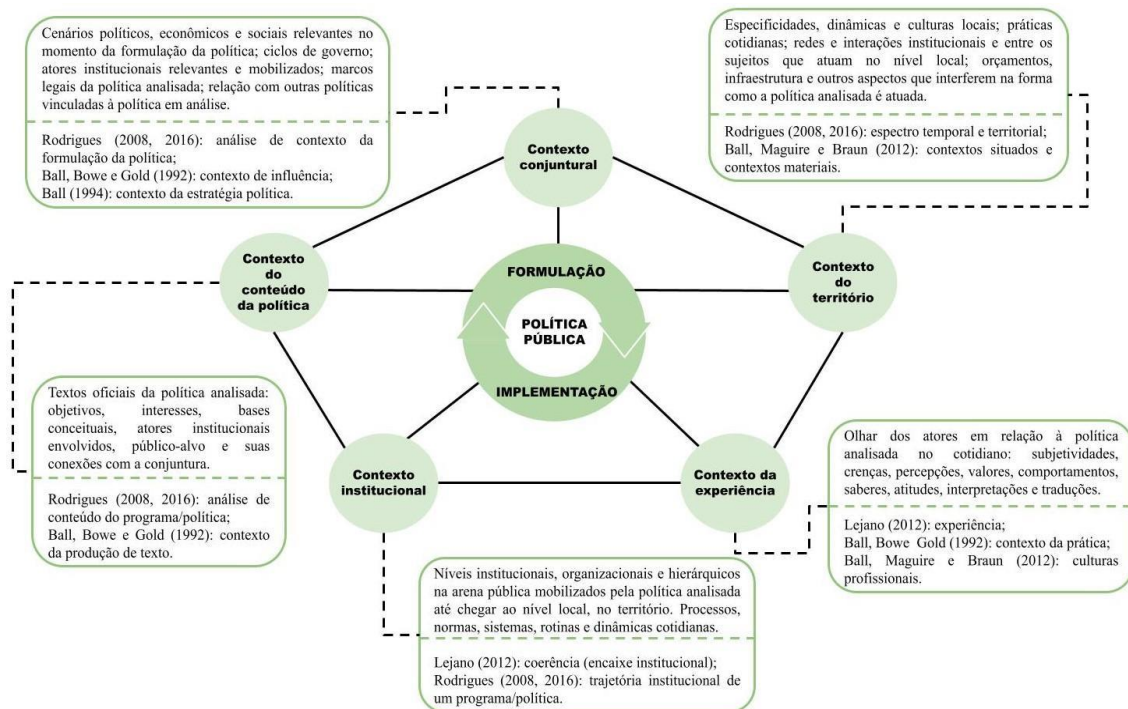
Contextos e trajetórias no processo de implementação de políticas

As discussões propostas por Lejano (2012), Rodrigues (2008, 2016), Ball, Bowe e Gold (1992), Ball (1994), Ball, Maguire e Braun (2016), dialogam diretamente com o conceito de trajetória proposto por Gussi e Oliveira (2016) e Oliveira (2019). Para Oliveira (2019) e Oliveira e Peixoto (2021), à medida que navegam, as políticas são ressignificadas e produzem sentidos em meio a processos de avanços e de rupturas. Tal conceito permite refazer os passos importantes de uma política – os discursos, os argumentos, as dimensões legislativas e regulamentares, suas transformações, as inflexões e as evoluções. Além disso, a trajetória revela dimensões contextuais tanto em relação às concepções, contextos e ideologias dos textos oficiais, quanto dos deslocamentos, recursos e contextos quando as políticas são colocadas em prática. Logo, o conceito de trajetória configura-se como uma importante

perspectiva analítica, epistemológica e metodológica para a análise de contextos que permeiam e influenciam o percurso das políticas públicas.

Assim, a partir das discussões empreendidas por esses autores a respeito das análises de políticas públicas, articuladas com o conceito de trajetória, propõe-se um modelo de análise que objetiva fornecer novos aportes teóricos que orientem a análise das políticas com base em seus contextos e suas trajetórias de implementação. Com base nessa proposta, fornecemos aportes teóricos e metodológicos que dialogam com o campo e a análise de programas educacionais, alargando sua compreensão. Ao todo, são propostos cinco contextos de análise, interconectados: (1) contexto das conjunturas; (2) contexto dos conteúdos da política; (3) contextos institucionais; (4) contexto das experiências; e (5) contexto dos territórios. A figura 1 apresenta as dimensões de análise para cada contexto e como esses devem ser compreendidos, de modo entrelaçado e transversal:

Figura 1 – Contextos associados às trajetórias das políticas



Fonte: Elaborado pelos autores

Contexto das conjunturas

O contexto das conjunturas engloba as agendas, suas definições e os processos associados à formulação da política a partir dos cenários políticos, econômicos e sociais; dos marcos legais que a amparam e do levantamento de outras políticas relacionadas à política analisada. Em consonância com o que propõe Ball, Bowe e Gold (1992) e Ball (1994), pela análise da conjuntura será possível analisar como as políticas públicas são iniciadas, bem como as disputas de grupos em relação às suas finalidades e interesses.

Rodrigues (2008, 2016) afirma que, ao se analisar o contexto da formulação de uma política, é possível levantar dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas, além do levantamento de outras políticas correlacionadas. Ao se analisar a conjuntura, consegue-se apreender a historicidade da política investigada, ou seja, um conjunto de aspectos e fatores que dizem respeito à sua arquitetura, seu desenho e sua identidade.

Contexto dos conteúdos da política

O contexto dos conteúdos da política está ligado à análise dos textos oficiais que instituem a política. Esses documentos podem ser textos legais oficiais, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos, vídeos e outras fontes que forneçam elementos que permitam ao analista compreender a política a partir de uma perspectiva normativa e regulatória (BALL; BOWE; GOLD, 1992 apud MAINARDES, 2006).

Em acordo com o que propõe Rodrigues (2008; 2016), consiste na análise de objetivos e bases conceituais presentes nos textos oficiais. Segundo a autora, importa ao pesquisador, a partir do texto, desenvolver uma análise de conteúdo das “ideias, noções e valores” que a orientam e a embasam. Feito isso, o analista deverá, também, sistematizar os processos e regras que regem a política, de modo visualizar sua implementação a partir dos textos.

Ball, Bowe e Gold (1992 apud MAINARDES, 2006), por sua vez, afirmam que os textos políticos representam a política e que, por isso, precisam ser lidos de uma maneira crítica, pois não são necessariamente coerentes e claros, podendo ser contraditórios. Dessa forma, os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política.

Parte-se do princípio de que a análise dos conteúdos da política, além de favorecer a compreensão prática proposta, possibilita o desvelamento de dimensões que dialogam com

outros contextos a serem analisados. O entendimento a respeito das bases conceituais e ideologias manifestas nos textos oficiais pode oferecer subsídios para a análise da conjugação de interesses de diferentes grupos nos momentos de definição da agenda e da formulação da política. Por outro lado, a sistematização de objetivos e diretrizes presentes nos documentos favorece a análise das diferentes estratégias adotadas nos processos de implementação.

Contextos institucionais

Esse contexto está relacionado à análise do movimento da política pelas vias institucionais. Implica analisar os diversos níveis institucionais, organizacionais e hierárquicos que são mobilizados pela política até que se chegue ao nível local, nos territórios. Rodrigues (2008, 2016) afirma que esse contexto é considerado um dos mais importantes pois, por meio dele, é possível detectar mudanças ocorridas durante o percurso da política pelas vias institucionais, por meio dos processos, das normas, das rotinas, interações e dinâmicas que conformam as políticas ao longo de seu percurso pelas organizações, nos diversos níveis e camadas da estrutura governamental e das arenas públicas.

Nessa direção, Lejano (2012) afirma que as políticas não são meramente implementadas ou colocadas em prática de uma forma linear e objetiva. Na medida em que as políticas entram em contato com diferentes níveis institucionais, são atribuídas a elas conexões e significados, sendo, portanto, adaptadas aos contextos pelos quais elas transitam.

Em virtude das características do federalismo brasileiro e da descentralização que permeia as políticas sociais, de saúde e de educação, nota-se, ainda, que há um complexo conjunto de camadas e níveis institucionais que as contingenciam ao longo de suas trajetórias. No caso da política educacional, a divisão de competências, garantida pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), entre os entes federados, produz distintos níveis e camadas de execução: cabe ao governo federal formular e coordenar políticas que serão implementadas por estados e municípios.

Contexto das experiências

De acordo com Lejano (2012), os contextos em que as políticas são colocadas em prática só podem ser compreendidos por alguém que os tenha experimentado. De acordo com o autor, a experiência é configurada como sendo o conhecimento prático dos atores inseridos na situação política, dentre os quais, seus saberes, crenças, ideologias e concepções.

O autor explica sua escolha pela fundamentação de seu modelo na experiência ao criticar os modelos tradicionais de análise. Ele propõe que, ao contrário dos modelos que se baseiam em medidas, valores e racionalizações, os analistas busquem a autenticidade, isto é, a compreensão das situações políticas com base na experiência dos atores. Segundo o autor, por meio de uma descrição densa, o analista pode desvelar, descrever e integrar diferentes aspectos da política, a partir de diferentes tipos de conhecimento.

Lejano (2012) propõe, portanto, uma abordagem metodológica que permita aos atores que vivenciam as políticas elencar diferentes dimensões de suas experiências. É preciso, então, garantir liberdade para que contêm suas experiências, de preferência em mais de um espaço de fala. Dentre alguns dos métodos possíveis, destacam-se as narrativas e etnografias.

Ball, Maguire e Braun (2016), por sua vez, ao tratar das *culturas profissionais*, sistematizaram alguns elementos que influenciam como as políticas são atuadas nas instituições escolares. Para os autores, valores, trajetórias de formação e tempo de atuação dos professores, bem como relações departamentais e de colaboração vigentes nas instituições, afetam a forma como as políticas são lidas e interpretadas nas escolas. Segundo Ball, Bowe Gold (1992), esses elementos compõem aspectos subjetivos daqueles profissionais que vivem as políticas e, portanto, são de interesse dos analistas que buscam compreender como as políticas são experimentadas. É por isso que, nesse contexto, interessa ao analista identificar e compreender as crenças, os valores, as percepções, os saberes, as práticas cotidianas e as interações que permeiam as políticas ao longo de sua implementação.

É importante considerar, no entanto, um caráter transversal do *contexto da experiência* aqui proposto, que o articula com os demais contextos. Em outras palavras, a experiência está relacionada ao olhar dos atores que atuam nos diferentes níveis, sejam aqueles que formulam, sejam aqueles que implementam ou aqueles que avaliam. Isso implica que, a partir da experiência desses sujeitos, é possível compreender dimensões que dizem respeito, por exemplo, não só a suas questões subjetivas, mas também a aspectos institucionais, acontecimentos, influências das conjunturas políticas nos diferentes níveis federativos, recursos disponíveis para a implementação, percepções sobre os momentos das políticas, sobre os demais atores, sobre os territórios, sobre os destinatários, dentre outros. A experiência revela, portanto, as subjetividades das políticas.

Contexto dos territórios

O contexto dos territórios está relacionado a análise das especificidades locais, onde a política aterrissa e se concretiza. É na prática local, cotidiana, que há a mobilização de diversos atores para que a política aconteça. No caso, por exemplo, da política educacional, ela se concretiza, majoritariamente, nas instituições escolares formais e não formais. No entanto, como bem afirmam Oliveira (2019) e Oliveira e Peixoto (2021), as escolas não dão apenas materialidade às políticas educacionais, mas também a outras políticas (culturais, saúde, segurança etc.). Assim, conforme Oliveira e Daroit (2020), o território é, também, onde essas políticas se cruzam e se articulam.

Ball, Maguire e Braun (2012), ao retratarem os *contextos situados* e os *contextos materiais*, esclarecem que, no território, pode-se analisar as dimensões históricas e locais, bem como os orçamentos, a infraestrutura e outros aspectos que interferem na forma como as políticas são atuadas. Nessa direção, segundo Rodrigues (2008, 2016), Oliveira e Daroit (2020) e Oliveira e Peixoto (2021), no território pode-se analisar as culturas e as dinâmicas locais, os destinatários das políticas, a mobilização e as interações destes atores e sua relação com as instituições que atuam nesses espaços.

Considerações finais

Ao articular as contribuições de Ball, Bowe e Gold (1992), Ball (1994), Ball, Maguire e Braun (2016), Lejano (2012), Rodrigues (2008, 2016), Gussi e Oliveira (2016), Oliveira (2019) e Oliveira e Peixoto (2021), esse artigo apresenta referenciais teóricos e metodológicos para a análise dos contextos e das trajetórias de implementação de políticas públicas, incorporando as políticas e os programas educacionais.

Conforme exposto na figura 1, os cinco contextos propostos permitem avançar na compreensão das trajetórias das políticas a partir de quatro pressupostos, interdependentes. Primeiro, os textos políticos (leis, diretrizes, programas) não são colocados em prática linear e objetivamente pois os contextos em que são implementados são diversos e produzem alterações nas políticas. Segundo, por consequência, as análises das políticas devem contextualizar multidimensionalmente seus objetos, processos e trajetórias de modo a evitar o risco de silenciar ou ignorar dimensões importantes do universo da política em questão. Os distintos e múltiplos níveis hierárquicos vinculados às secretarias estaduais e municipais de educação refletem essa complexidade, conforme Lotta, Bauer, Jobim e Merchán (2021).

Assim, ao ser implementada em um contexto federativo complexo como o brasileiro, a política educacional percorre múltiplos níveis institucionais até chegar ao nível local, fazendo com que seja ressignificada, diferenciando-a do texto oficial e “original”.

O terceiro ponto diz respeito às subjetividades, às culturas, às práticas cotidianas e interações entre os atores, os sujeitos, as pessoas e os cidadãos que são mobilizados e convivem ao longo das trajetórias das políticas, incluindo as dinâmicas associadas à sua implementação nas instituições e espaços educacionais. Esses elementos são próprios das políticas e, também, as constituem, além de revelar aspectos, muitas vezes, desconhecidos pelos gestores e/ou ocultados pela ação pública.

Finalmente, importa dar visibilidade aos territórios, onde as políticas habitam, onde efetiva e cotidianamente acontecem, na vida das pessoas as quais se destinam. Compreender as dinâmicas nesses espaços é fundamental para que se possa desvelar como os cidadãos – alunos, famílias, profissionais da educação e outros atores associados – percebem e traduzem a ação pública e quais efeitos tais programas produzem em suas vidas, em seus modos de existir, se relacionar, conviver e agir. Tal dimensão permite desvelar como a ação pública se materializa no dia a dia, por meio da atuação dos agentes que atuam nos equipamentos públicos que coexistem nesses espaços. Da mesma forma, pode-se recolher evidências sobre como os agentes (que atuam no processo de implementação no nível local) e os cidadãos (que são seus destinatários e público-alvo) modificam o desenho das políticas, por meio de sua atuação cotidiana, ainda que isso não necessariamente implique em alterações nos textos oficiais.

Até que as políticas aterrissem em nível local, nos territórios, uma longa cadeia – transversal, fluida e dinâmica – de processos de tomada de decisão, que se estende por diferentes níveis, modifica suas intenções e resultados. Essa cadeia aciona e mobiliza diversos atores, processos, saberes e práticas, entrecruzando-as. Tais trajetórias e contextos também trazem à tona as tensões, as contradições, os desafios, os avanços, as inflexões, as rupturas, as crises, as possibilidades e potencialidades vinculadas à vida das políticas, de modo que as análises e as evidências reveladas sejam mais densas e, portanto, menos ingênuas.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. **Educational reform**: A critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J.; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: Case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BENAMOUZIG, D.; BORRAZ, O. Burocracia, organizações, políticas públicas e formalização do conhecimento. *In*: OLIVEIRA, O. P.; HAASSENTEUFEL, P. **Sociologia política da ação pública**: Teorias, abordagens e conceitos. Brasília, DF: Enap, 2021.
- BICHIR, R. Para além da “Fracassomania”: Os estudos brasileiros sobre implementação de políticas públicas. *In*: MELLO, J.; RIBEIRO, V. M.; LOTTA, G.; BONAMINO, A.; CARVALHO, C. P. **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos**: Experiências recentes das políticas de redução das desigualdades. Brasília, DF: Ipea, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1984.
- GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. O. Políticas públicas e uma outra perspectiva de avaliação: Uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32515>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- HALPEN, C.; LASCOUMES, P. LE GALES, P. As abordagens a partir dos Instrumentos da ação pública. *In*: OLIVEIRA, O.; HAASSENTEUFEL, P. **Sociologia política da ação pública**: Teorias, abordagens e conceitos. Brasília, DF: Enap, 2021.
- HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- LASWELL, H. D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1958.
- LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas**: A fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.
- LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**: Dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília, DF: Enap, 1980.
- LOTTA, G. S.; BAUER, M.; JOBIM, R.; MERCHÁN, C. R. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: Análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 395-413, mar./abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/kg3BXvSKdznWmVQcFBQqNGg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2022.

LOTTA, G. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: Enap, 2019.

LOUZANO, P.; FREITAS, P.; SANTOS, A.; RIBEIRO, V.; GUSMÃO, J. Implementação de políticas educacionais: Elementos para o debate e contribuições para o campo. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 102-133, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/443>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas públicas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxytCQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MATLAND, R. E. Sintetizando a Literatura de Implementação: O Modelo de Implementação de Políticas de Ambiguidade-Conflito. **Journal of Public Administration Research and Theory: J-PART**, v. 5, n. 2, 1995. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article-abstract/5/2/145/880350?login=false>. Acesso em: 08 fev. 2022.

OLIVEIRA, B. R. A implementação de políticas educacionais no nível micro: Uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12972>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, B. R.; DAROIT, D. Public Policy Networks and the Implementation of the Bolsa Família Program: An Analysis Based on the Monitoring of School Attendance. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 120, ago. 2020. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1265327>. Acesso em: 09 fev. 2022.

OLIVEIRA, B. R.; PEIXOTO, M. C. L. Burocracia de rua e políticas públicas: Analisando a implementação de políticas educacionais sob a perspectiva das escolas e professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6ynS4N65GyYkQYxZGYymHJC/abstract/?lang=en>. Acesso em: 29 jan. 2022.

OLIVEIRA, B. R.; PEIXOTO, M. C. L. Trazendo à tona aspectos invisíveis no processo de implementação de políticas públicas: Uma análise a partir do Programa Oportunidades. In: PIRES, R. R. C. (org.). **Implementando desigualdades**: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: Novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31893>. Acesso em: 05 fev. 2022.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22510>. Acesso em: 06 fev. 2022.

ROSA, J. G. L.; LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. **Políticas públicas**: Introdução [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SABATIER, P. **Theories of the Policy Process**. Colorado, EUA: Westview Press, 2007.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, B. R.; ALVES, M. M. F.; FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2095-2117, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16722>

Submetido em: 27/03/2022

Revisões requeridas em: 11/06/2022

Aprovado em: 09/08/2022

Publicado em: 30/11/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

